



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS
(Vinculada ao Ministério das Comunicações)

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A
SER REALIZADA NO DIA 04/04/2012 ÀS 15:00 horas**

Senhores Acionistas,

COMPANHIA ABERTA

CNPJ n.º 00336701/0001-04 NIRE N.º 53300002231

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os acionistas da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRÁS convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada na sede da Companhia, sita no Setor Comercial Sul – Quadra 09 - Bloco B – Edifício Parque Cidade Corporate, Torre B – 3º andar – Brasília - DF, no dia 04 de abril de 2012, às 15:00 horas, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício social de 2011;
2. Proposta da Administração para destinação do resultado;
3. Eleição de membros do Conselho de Administração;
4. Eleição de membros do Conselho Fiscal;
5. Fixação da remuneração dos membros da Diretoria e dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal;

É de 5% (cinco por cento) o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à adoção do processo de voto múltiplo para eleição de membro do Conselho de Administração de acordo com a Instrução n.º 165, de 11.12.91, alterada pela Instrução n.º 282, de 26.06.98, ambas da CVM.

Os instrumentos de mandato deverão ser depositados na sede social da Empresa, no Setor Comercial Sul – Quadra 09 – Bloco B – Edifício Parque Cidade Corporate - Torre B – 3º andar – Brasília - DF, na Assessoria de Relacionamento com o Mercado, com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas do início de instalação da Assembléia.

Os acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas nas Bolsas de Valores, que desejarem participar da Assembleia Geral Ordinária, deverão apresentar extrato fornecido pelo custodiante, contendo sua posição acionária atualizada.

O aviso aos acionistas, colocando à disposição a documentação relativa ao item 1 da ordem do dia, foi publicado na forma da lei e encontra-se disponível na Internet no site: www.telebras.com.br.

Brasília-DF, 15 de março de 2012

Cezar Santos Alvarez

Presidente do Conselho de Administração

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS

ITEM 1

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E
PARECER DO CONSELHO FISCAL, RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2011**

Senhores Acionistas,

- 1) O Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Parecer do Conselho Fiscal, Relativos Ao Exercício de 2011, encontram-se disponíveis na Assessoria de Relacionamento com o Mercado, no Setor Comercial Sul – Quadra 09 – Bloco B – Edifício Parque Cidade Corporate - Torre B – 3º andar – Brasília - DF, no site da Telebras no endereço abaixo:

http://www.telebras.com.br/inst/wp-content/uploads/2011/03/balanco_telebras_2011_completo_para_pdf_ca_versao_final.pdf

e nos da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br) e CVM (www.cvm.gov.br).

Brasilia, 5 de março de 2012

Caio Cezar Bonilha Rodrigues

Presidente

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS

ITEM 2

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA DESTINAÇÃO DO RESULTADO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento aos dispositivos legais que regem a matéria, esta Administração propõe à Assembleia que a destinação do prejuízo líquido do Exercício de 2011, no valor de R\$ 47.908.675,15 (quarenta e sete milhões, novecentos e oito mil, seiscentos e setenta e cinco reais e quinze centavos), seja acrescido à conta de Prejuízos Acumulados, cujo saldo de R\$ 449.155.545,41 (quatrocentos e quarenta e nove milhões, cento e cinquenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e quarenta e um centavos) passará a ser R\$ 497.064.220,56 (quatrocentos e noventa e sete milhões, sessenta e quatro mil, duzentos e vinte reais e cinquenta e seis centavos), para futura absorção de lucros.

Brasília, 5 de março de 2012

Caio Cezar Bonilha Rodrigues

Presidente

De acordo com a Instrução nº 481 de 17/12/2009, Anexo 9-1-II, a Administração propõe a seguinte destinação a ser dada ao Resultado de suas Operações apurado no exercício social de 2011:

- 1) **Resultado Líquido** apurado em 31 de dezembro de 2011:
Prejuízo de R\$ 47.908.675,15;
- 2) **Montante global e o valor por ação dos dividendos:**
Como houve apuração de prejuízo a Administração não propõe o pagamento de dividendos ou de juro sobre o capital próprio, portanto não houve apuração de dividendo ou de juros sobre o capital próprio por ação;
- 3) **O percentual do lucro líquido do exercício distribuído é de 0% (zero)**, em função da apuração de prejuízo no exercício;
- 4) **Montante Global de Dividendos Distribuídos:** Considerando a apuração de prejuízo de forma recorrente ao longo de exercícios anteriores não há também previsão para distribuição de dividendos com base em resultados de exercícios anteriores;
- 5) Não houve **dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados**, tendo em vista que não houve apuração de lucros e sim de prejuízos;
 - a) Não há **evidenciação de juros e dividendos sobre capital próprio, de forma segregada por ação** de cada espécie e classe, em função da apuração de prejuízo em 2011 e exercícios anteriores;
 - b) **Forma e prazo de pagamento de dividendos e de juros sobre capital próprio:** Os dividendos serão pagos prioritariamente às ações preferenciais até o limite da preferência, sendo a seguir, pagos aos titulares das ações ordinárias até o mesmo limite das ações preferenciais. O saldo, se houver será por todas as ações, em igualdade de condições, O prazo para início dos pagamentos passa a contar 60 dias da data da declaração dos dividendos, e;
 - c) **Eventual incidência de juros e atualização:** Os valores dos dividendos e dos juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos ao Tesouro Nacional e aos demais acionistas, sofrerão incidência de encargos financeiros equivalentes à Taxa Selic, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros.
 - d) Como houve apuração de prejuízo em 2011 não há data para **Declaração de Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio**, para identificação dos acionistas com direito ao recebimento.
- 6) **Declaração de dividendos e juros sobre capital próprio com base em apurações semestrais ou em períodos menores:** Em função dos prejuízos apurados mensalmente, não houve declaração de dividendos ou de juros sobre o capital próprio em períodos menores:

- 7) **Tabela comparativa indicando os valores:** Valores por ação de cada espécie e classe:
- a) Lucro líquido do exercício e dos três exercícios anteriores:
 - b) Dividendo e Juros sobre o Capital Próprio distribuídos no exercício e nos três exercícios anteriores:
Não houve distribuição em função dos prejuízos apurados.
- 8) **Destinação de lucros à reserva legal:**
Não houve durante todo o período.
- 9) **A Empresa não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.**
- 10) **Em relação ao dividendo obrigatório:**
- a) A Empresa distribui no mínimo 25% dos lucros na forma de dividendos;
 - b) Os dividendos não estão sendo pagos, em função dos prejuízos apurados;
 - c) Montante eventualmente retido: Não há retenção em função dos prejuízos apurados.
- 11) **Retenção de dividendo obrigatório, devido à situação financeira da Empresa;**
- a) Não houve retenção de dividendos, já que não houve lucro a distribuir;
 - b) Os comentários constam da avaliação dos diretores sobre as Demonstrações Contábeis, anexa às IPE;
 - c) Não há o que justificar em função dos resultados obtidos.
- 12) **Havendo destinação de resultado para reserva de Contingências: Não se aplica em função dos resultados de prejuízos apurados. A Companhia provisiona suas contingências como despesas, com base no regime de competência.**
- 13) **Destinação de resultado para Reserva de Lucros a Realizar:** Não se aplica em função da apuração de prejuízos.
- 14) **Destinação de resultado para reservas estatutárias:** Também não houve em função de prejuízos acumulados.
- 15) **Retenção de Lucros prevista no orçamento de capital:** Como o histórico da Empresa é de apuração de prejuízos, não há previsão em orçamento de capital, já que a Companhia, apurou prejuízos de forma continuada.
- 16) **Destinação de resultado para a Reserva de Incentivos Fiscais:** Não houve, já que só pode haver a opção por incentivos fiscais, quando da existência de lucros.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS

ITEM 3

ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (Item 12.6 da Instrução CVM 480)

Senhores Acionistas,

O acionista controlador indica os seguintes nomes para composição do Conselho de Administração:

Nome CPF	Idade Profissão	Órgão Administração Cargo eletivo a ocupar
CEZAR SANTOS ALVAREZ 222.268.260-68	56 Economista	Conselho de Administração Presidente do Conselho de Administração
CAIO CEZAR BONILHA RODRIGUES 209.076480-53	54 Engenheiro de Telecomunicações	Conselho de Administração Conselho de Administração (Efetivo)
MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS 776.055.601-25	33 Advogado	Conselho de Administração Conselho de Administração (Efetivo)
MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO 158.543.988-69	40 Engenheiro de Telecomunicações	Conselho de Administração Conselho de Administração (Efetivo)
DEMI GETSCHKO 829.487.988-68	57 Engenheiro Eletricista	Conselho de Administração Conselho de Administração (Efetivo)

A seguir Anexo I com as informações relativas aos indicados para membros do Conselho de Administração, conforme os itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência (Art. 10 da Instrução CVM 481).

Brasilia, 5 de março de 2012

Caio Cezar Bonilha Rodrigues

Presidente

ANEXO I

INFORMAÇÕES SOBRE OS MEMBROS INDICADOS PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CURRÍCULOS - Item 12.8 da Instrução CVM 480

CEZAR SANTOS ALVAREZ

Estado Civil: Casado

Formação Acadêmica: Economista

Naturalidade: Santana do Livramento (RS)

Cezar Alvarez é Secretário-Executivo do Ministério das Comunicações e Presidente do Conselho de Administração da Telebras.

Foi Chefe de Gabinete-Adjunto de Agenda do Presidente da República, Coordenador dos Programas de Inclusão Digital do Governo Federal, e recentemente foi designado Secretário Executivo do Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital (CGPID).

É graduado em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em 2005, de acordo com orientação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, desenvolveu e coordenou o Programa Cidadão Conectado – Computador para Todos.

Em 2007, foi designado para coordenar todos os programas de inclusão digital desenvolvidos pelo Governo Federal, incluindo um Computador por Aluno, Computador Portátil para Professores e um projeto para promover a ampliação e qualificação dos telecentros comunitários.

No início do Governo Lula foi subsecretário-Geral da Presidência da República.

Na Prefeitura de Porto Alegre, de 1992 a 2002, ocupou os cargos de Assessor, Chefe de Gabinete do Prefeito e Subsecretário-Geral de Governo. Também ocupou os cargos de Secretário Municipal de Administração e de Secretário Municipal de Indústria e Comércio.

CAIO CEZAR BONILHA RODRIGUES

É Presidente da Telebrás e membro do Conselho de Administração,

Engenheiro de Telecomunicações Senior

Experiência Gerencial e Comercial em Empresas de porte (Alcatel, Elebra Telecon, Construtel) e em empresas nascentes (Celplan, Brampton Telecom, Sigmanet). Consultor Especializado em Tecnologias, Negócios e Estratégias para Empresas de

Telecomunicações e Energia.Consultor Senior da RNP encarregado do Plano de Negócios do PNBL que resultou na reativação da Telebrás.

Trinta e um anos de experiência no mercado de telecomunicações, abrangendo áreas como comutação, transmissão, acesso, gerência de rede, telefonia celular. Nestas áreas, realizou trabalhos de desenvolvimento de software, hardware, planejamento de sistemas, marketing, análise de tecnologias, transferência de tecnologia, análise de Empresas Operadoras, estudos de viabilidade e planejamento e análise de novos negócios e novas tecnologias.

Vinte e um anos de Experiência Comercial em empresas como Elebra Telecon, Alcatel, Construtel, Celplan, Brampton Telecom e Sigmanet.Experiência no mercado internacional como consultor, manager e engenheiro em países como Canadá (residência temporária), Espanha, Portugal, Argentina, Bolívia, Peru, Chile, Uruguai, Colombia, Quênia, Angola e Estados Unidos (residência temporária).

Serviços de Consultoria para organismos multilaterais, como o World Bank (Regulatel/World Bank/ECLAC Project on Universal Access for Telecommunications in Latin America –2005/2006), UIT (Brazilian DAI) e CEPAL/ONU (Consultor Ad-hoc).Serviços de Consultoria prestados à Empresas de energia como Petrobrás, Grupo Eletrobrás, Grupo Cataguases, CTEEP, CEEE, AES, CPFL, Eletropaulo, Light, MAE, Elektro, Bandeirantes Energia, Infovias (Cemig) e outras.

Serviços de Consultoria prestados à Empresas Internacionais como Advent International Fund, AES, Matlin Patterson Fund, Hutchinson Whampoa, GTE, France Telecom, Korean Telecom, Deutsche Bank, AT&T LatAm, Kalba International Consulting, Arvana Int'l e outras.

Serviços de Consultoria prestados à Empresas nacionais de porte como Claro, UOL/Grupo Folha, TVA/Grupo Abril, Vivax, Pégasus, Iqara, CPqD, Odebrecht, Unibanco, Grupo Algar (CTBC Telecom e Engeredes), Grupo Cataguases, Eletropaulo Telecom, Light Telecom, Splice, MCom, CRT (Brasil Telecom), ADTP (GasBol), Schahin Telecom, COPPETEC, Alfa Engenharia, Sercomtel e outras.

Vinte e seis anos de experiência no desenvolvimento de projetos de telecomunicações com grande conhecimento dos padrões internacionais.

Membro do Grupo XI do Comitê Brasileiro da CCITT (ITU), com participação nos encontros do CCITT (Genebra), entre os anos de 1984 e 1993, e membro do IEEE.Conhecimentos do mercado nacional e internacional, com experiência em regulação, avaliação de negócios e mercados.

Treinamento na Europa e Canadá. Diversas publicações de trabalhos em revistas especializadas.

Engenheiro Eletricista e de Telecomunicações (UFRGS-1978) e Especialização em Telecomunicações (UNICAMP-1985).

Proficiência em inglês e espanhol.

MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS

É Procurador-Geral Federal da Advocacia-Geral da União e membro do Conselho de Administração da Telebras.

Possui graduação em Direito pela Universidade de Brasília (1999). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público, inclusive no magistério (Direito Administrativo, Direito Previdenciário e Direito Processual Civil).

Formação complementar 2006 - 2006 Extensão universitária em Responsabilidade Penal dos Agentes Públicos. (Carga horária: 36h).

Universidade de Brasília, UNB, Brasil.

2000 - 2000 Ordem Jurídica e Ministério Público.

Fundação Escola Superior do Ministério Público do DF e Territórios.

1997 - 1997 Extensão universitária em Semana Jurídica - Seminário. (Carga horária: 20h).

Universidade de Brasília, UNB, Brasil.

1996 - 1996 Extensão universitária em III Semana Jurídica/Universitária - Seminário. (Carga horária: 10h).

Universidade de Brasília, UNB, Brasil.

Atuação profissional

Procuradoria-Geral Federal, PGF, Brasil. Vínculo institucional 2002

- Atual Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Procurador Federal, Carga horária: 40

Outras informações Órgão vinculado à Advocacia-Geral da União - AGU, criado pela Lei nº 10.480/2002, e integrado pelas Procuradorias das autarquias e fundações públicas federais, inclusive da então Procuradoria-Geral do INSS Atividades 09/2008

- Atual Direção e administração, Procuradoria-Geral Federal, Cargo ou função Procurador-Geral Federal.

04/2007 - 08/2008 Direção e administração, Procuradoria-Geral Federal, Cargo ou função Subprocurador-Geral Federal.

05/2003 - 06/2004 Direção e administração, Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, Coordenador-Geral de Matéria de Benefícios.

04/2003 - 05/2003 Direção e administração, Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, Cargo ou função Coordenador-Geral do Contencioso Judicial - Interino. Advocacia-Geral da União, AGU, Brasil. Vínculo institucional

2000 - Atual Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Procurador Federal, Carga horária: 40

Outras informações

Órgão ao qual estava vinculada a Procuradoria-Geral do INSS e, desde 07/2002, a Procuradoria-Geral Federal

Atividades

09/2002 - Atual Ensino, Nível: Outro. Disciplinas ministradas Conciliação e Arbitramento Juizados Especiais Federais Processo Judicial Eletrônico

01/2005 - 04/2007 Conselhos, Comissões e Consultoria, Advocacia-Geral da União Cargo ou função Membro de Grupo de Trabalho sobre Reflexos e Implementação da EC nº 45 - Portarias AGU/PGF 4 e 16/2005.

12/2004 - 04/2007 Conselhos, Comissões e Consultoria, Subcomissão de Acomp. dos Sistemas de Processos Judiciais Eletrônicos, Cargo ou função Membro - Representante da Consultoria-Geral da União.

07/2004 - 04/2007 Direção e administração, Consultoria-Geral da União, Cargo ou função Consultor da União.

12/2003 - 04/2007 Conselhos, Comissões e Consultoria, Comissão de Ações da Seguridade Social, Cargo ou função Membro - Representante da Procuradoria-Geral Federal.

Supremo Tribunal Federal, STF, Brasil. Vínculo institucional

2010 - 2010 Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Professor
Outras informações Direito Previdenciário Avançado Atividades

08/2010 - 08/2010 Ensino, Direito Previdenciário Avançado, Nível: Aperfeiçoamento. Disciplinas ministradas Direito Previdenciário Avançado Instituto Brasiliense de Direito Público, IDP, Brasil. Vínculo institucional

2006 - 2010 Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Professor Atividades

08/2010 - 08/2010 Ensino, Direito Previdenciário, Nível: Pós-Graduação. Disciplinas ministradas Juizado Especial Cível Federal e ações de concessão e de revisão de benefícios previdenciários

04/2007 - 12/2008 Ensino, Pós-Graduação Direito Constitucional Nível: Pós-Graduação

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

É Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações desde junho de 2011

É membro do Conselho de Administração da Telebrás.

Nasceu em 1971, em Campinas/SP. É Engenheiro de Telecomunicações formado pelo Instituto Nacional de Telecomunicações – INATEL, de Santa Rita do Sapucaí – MG, Mestre em Gerência de Telecomunicações pela Universidade de Strathclyde no Reino Unido. Advogado formado no Instituto de Educação Superior de Brasília – IESB. Exerceu, antes de chegar ao Ministério, o cargo de Gerente Geral de Certificação e Engenharia do Espectro da ANATEL, tendo ocupado outras posições Gerenciais e de Assessoria na Agência. Atuou como Engenheiro de Planejamento do

Sistema TELEBRÁS. Foi representante da Administração Brasileira em diversos fóruns nacionais e internacionais de telecomunicações.

Titular de cargo efetivo de Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações desde 2005.

DEMI GETSCHKO

É Conselheiro do CGI.br (Comitê Gestor da Internet no Brasil) desde 1995 e Diretor-Presidente do NIC.br (Núcleo de Informação e Coordenação) desde 2006.

É membro do Conselho de Administração da Telebras.

Engenheiro eletricista formado pela Escola Politécnica da USP (1975), com mestrado (1980) e doutorado (1989) em Engenharia pela mesma instituição. Trabalhou no Centro de Computação Eletrônica (CCE) da USP (1971-1985) e no Centro de Processamento de Dados da FAPESP (1986-1996). Nesse período foi coordenador de operações da RNP e participou do esforço da implantação de redes no país. Foi um dos responsáveis pela primeira conexão TCP/IP brasileira, que ocorreu em 1991, entre a FAPESP e a ESN (Energy Sciences Network), nos Estados Unidos, por meio do Fermilab (Fermi National Accelerator Laboratory). Foi Diretor de Tecnologia da Agência Estado, empresa do Grupo Estado, em dois períodos: entre 1996 e 2000, e novamente entre 2002 e 2005. Foi Vice-Presidente de Tecnologia do IG entre 2000 e 2001. Foi, ainda, professor da Escola Politécnica da USP, e hoje é Professor Associado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde leciona Arquitetura de Computadores e onde também coordena o laboratório da camada 2 do Projeto KyaTera. Atuou como membro da diretoria da ICANN (Internet Corporation for Assigned Names and Numbers) pela ccNSO (Country Code Names Support Organization), eleito para o período de 2005-2007, e reeleito para 2007-2009.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS

ITEM 4

ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO FISCAL E RESPECTIVOS SUPLENTES (Item 12.6 da Instrução CVM 480)

O acionista controlador indica os seguintes nomes para composição do Conselho Fiscal:

Nome CPF	Idade Profissão	Órgão Administração Cargo eletivo a ocupar
ULYSSES CESAR AMARO DE MELO 291.260.291-20	48 Advogado	Pertence apenas ao Conselho Fiscal C. F. (Efetivo) Indicado p/Controlador - Min. Comunicações
FRANCISCO DO NASCIMENTO DANTAS 220.635.521-34	52 Contador	Pertence apenas ao Conselho Fiscal C. F. (Suplente) Indicado p/Controlador - Min. Comunicações
JOELSON VELLOSO JÚNIOR 702.918.371-15,	31 Relações Internacionais	Pertence apenas ao Conselho Fiscal C. F. (Efetivo) Indicado p/Controlador - Min. Comunicações
MARCELO MENDES BARBOSA 030.605.706-98	33 Administração Pública	Pertence apenas ao Conselho Fiscal C. F. (Suplente) Indicado p/Controlador - Min. Comunicações
JOSÉ CORDEIRO NETO 281.724.181-91	49 Administração	Pertence apenas ao Conselho Fiscal C. F. (Efetivo) Indicado p/Controlador - Min. Fazenda
JOÃO CARLOS FERREIRA 223.940.521-04	50 Ciências Econômicas	Pertence apenas ao Conselho Fiscal C. F. (Suplente) Indicado p/Controlador - Min. Fazenda

A seguir Anexo II com as informações relativas aos indicados para membros do Fiscal e respectivos suplentes, conforme os itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência (Art. 10 da Instrução CVM 481).

Brasília, 5 de março de 2012

Caio Cezar Bonilha Rodrigues

Presidente

ANEXO II

**INFORMAÇÕES SOBRE OS MEMBROS INDICADOS PARA O CONSELHO
FISCAL - Item 12.8 da Instrução CVM 480**

ULYSSES CESAR AMARO DE MELO

É membro do Conselho Fiscal da Telebrás.

Administrador e Advogado da União da Advocacia-Geral da União

Experiência Profissional – Ministério das Comunicações -Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração. Supervisão e Coordenação da execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento, orçamento, organização e modernização administrativa, logística, recursos humanos e financeiros, serviços de informação e informática, desde janeiro de 2011.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração. Supervisão e Coordenação da execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento, orçamento, organização e modernização administrativa, logística, recursos humanos e financeiros, serviços de informação e informática, de set/2005 a jan/2011

Ministério da Cultura - Consultor Jurídico. Assessora o Ministro da Cultura em assuntos de natureza jurídica, exercendo ainda a coordenação e orientação técnica das unidades jurídicas vinculadas ao Ministério;Jan/2003 – Set/2003.

Ministério da Cultura - Secretário-Executivo. Auxilia o Ministro da Cultura na supervisão e Coordenação das atividades executadas pelas Secretarias e Entidades Vinculadas ao Ministério, atuando ainda como Ministro Interino, quando dos eventuais afastamentos do titular da Pasta. Abr/2002 – Jan/2003.

Ministério da Cultura - Brasília-DF - Ministro de Estado da Cultura, Interino - Nov/2001.

Ministério da Cultura- Brasília-DF - Secretário-Executivo/Interino. Acumulando com as atividades de Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração. Auxilia o Ministro da Cultura na supervisão e coordenação das atividades executadas pelas Secretarias e Entidades vinculadas ao Ministério. Out/2001 – Abr/2002.

Ministério da Cultura -Brasília-DF - Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração. Supervisão e Coordenação da execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento, orçamento, organização e modernização administrativa, logística, recursos humanos e financeiros, serviços de informação e informática. jul/1999 – abr/2002.

Ministério da Cultura Brasília-DF - Subsecretário de Assuntos Administrativos. Supervisão e Coordenação execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de organização e modernização administrativa, logística, recursos humanos e financeiros, serviços de informação e informática. Jan/1995-Jul/1999.

Ministério do Bem-Estar Social - Brasília-DF - Coordenador Regional de Programas. Atuação como Secretário de Administração Geral-Adjunto e Substituto do Secretário, coordenando a execução das atividades referentes à administração de material,

obras, transportes, patrimônio, recursos humanos, comunicações administrativas, serviços de informação, recursos financeiros, planejamento e orçamento. Ago/1993- Jan/1995.

Ministério do Bem-Estar Social -Brasília-DF - Assessor do Secretário de Administração Geral. Análise de processos/documentos, elaboração de Pareceres/Informações/Notas e demais correspondências do Secretário. Nov/1992 – Ago/1993.

Ministério da Infra-Estrutura Brasília-DF - Assessor do Secretário Nacional de Transportes. Análise de processos/documentos, elaboração de Pareceres/Informações/Notas e demais correspondências do Secretário. Coordenação das Assembleias Gerais das entidades vinculadas ao Ministério. Mar/1990 - Nov/1992.

Ministério dos Transportes-Brasília-DF-Assessor do Secretário de Controle Interno, Análise de Processos Licitatórios, emissão de Pareceres/Informações relativas à gestão orçamentária-financeira e patrimonial dos órgãos e entidades vinculadas ao Ministério. Ago/1988 – Mar/1990.

FRANCISCO DO NASCIMENTO DANTAS

Técnico de Finanças e Controle - Ministério da Fazenda e Ministério das Comunicações- Graduado em Ciências Contábeis - Faculdades Integradas da UPIS-UPIS;- Especialização em Contabilidade Pública – Universidade de Brasília – UnB- Administração Contábil, Orçamentária, Financeira, Contratual Pública - ESAF

JOELSON VELLOSO JÚNIOR

- Mestre em Relações Internacionais – Universidade de Brasília, em dezembro de 2006.
- Bacharel em Relações Internacionais – Universidade de Brasília, em julho de 2003.
- Ministério das Comunicações – Secretaria-Executiva – Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental - Função: DAS 102.3 Atribuições: assessoria ao Secretário-Executivo; elaboração de análises para os conselheiros representantes do Ministério das Comunicações nas empresas estatais vinculadas; acompanhamento e análise das pautas de Assembleia-Geral das empresas estatais vinculadas; redação de Notas Técnicas sobre temas relacionados à temas societários, plano de cargos e salários, programa de participação em lucros ou resultados; representação da Subsecretaria na União Postal Universal (UPU).
Período: desde fevereiro de 2012.
- Ministério das Comunicações – Subsecretaria de Serviços Postais e de Governança de Estatais Vinculadas - Coordenação de Relacionamento com o Mercado. Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental - Função: DAS 102.3.

Atribuições: elaboração de material subsidiário à tomada de decisão da Subsecretaria; elaboração de análises para os conselheiros representantes do Ministério das Comunicações nas empresas estatais vinculadas; acompanhamento e análise das pautas de Assembleia-Geral das empresas estatais vinculadas; redação de Notas Técnicas sobre temas relacionados à temas societários, plano de cargos e salários, programa de participação em lucros ou resultados; representação da Subsecretaria na União Postal Universal (UPU).

Período: de fevereiro de 2011 a janeiro de 2012.

- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) – Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST. Coordenação-Geral de Gestão Corporativa – CGCOR. Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental - Função: DAS 102.3 Atribuições: substituto da coordenadora-geral. Elaboração de material subsidiário à tomada de decisão da Coordenadora-Geral e do Diretor de Departamento; apoio à elaboração do Manual do Conselheiro da Administração do MP; assessoramento à Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR; acompanhamento e análise das pautas de Assembleia-Geral das Empresas Estatais; redação de Notas Técnicas sobre temas relacionados à estatais; coordenação do Prêmio DEST – Empresas Estatais; contatos internacionais para a articulação de parcerias em matéria de governança corporativa com organismos internacionais.

Período: setembro de 2007 a janeiro de 2011.

- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) – Secretaria de Gestão (SEGES). Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Atribuições: membro da equipe de gestores (força-tarefa vinculada à SEGES) dedicada ao mapeamento e à reestruturação dos processos e rotinas de trabalho da Secretaria de Recursos Humanos do MP.

Período: maio de 2007 a agosto de 2007.

Participante nos seguintes Conselhos:

- Conselho Fiscal da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT Período: desde janeiro de 2011.

- Conselho de Administração da Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL. Período: de outubro de 2009 a julho de 2011.

Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – Instituto de Relações Internacionais Título da dissertação: “Dinâmicas de (in)segurança regional nos países em desenvolvimento: uma perspectiva brasileira para a América do Sul”.

Defesa: dezembro de 2006.

MARCELO MENDES BARBOSA

Formação Acadêmica: Administração Pública Pós-graduado em Gestão Pública

Naturalidade: Pará de Minas – Minas Gerais

Assessor do Secretário-Geral do Ministério das Comunicações

2005/2006 – trabalhou na Superintendência de Atenção à Saúde da Secretaria de Estado de Saúde MG

2006/2007 – trabalhou na Secretaria de Estado de Fazenda, na Administração Fazendária de Pará de Minas – MG

2007/2008 – trabalhou na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, na Diretoria Central de Modernização da Gestão – MG

2008/2008 – Chefia de Gabinete do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

2009/2009 – Ministério do Esporte. Mapeamento dos processos da lei de Incentivo ao Esporte

2009/2011 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, Coordenação-Geral de Gestão Corporativa das Estatais e Assessoramento ao Grupo Executivo da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR

2011/2012 – Ministério das Comunicações, Assessor e Chefe de Gabinete Substituto do Secretário-Executivo.

JOSÉ CORREIA NETO

Formação Acadêmica: - Graduação em nível superior na Universidade do Distrito Federal – UNIDF – Curso: Administração.

Pós-Graduação na Fundação Getúlio Vargas – FGV – Cursos: Pós-Graduação Lato Sensu em Economia do Setor Público. Título: Especialista.

Experiência Profissional: Realizou trabalhos de auditoria de Recursos Externos nos projetos de investimentos financiados pelo BIRD; Realização de trabalho de auditoria de gestão do Banco do Brasil, STN e Superintendência da Receita Federal 1ª Região; Assessor do Secretario do Tesouro Nacional, Conselheiro Fiscal representante do STN nas seguintes empresas: FUNAI, Manaus Energia S/A, Liquigás Distribuidora, Eletronorte; Conselheiro Fiscal representante do Ministério da Fazenda da Agência Especial Brasileira – AEB; Conselheiro de Administração (suplente) na empresa Norte Energia S/A; Representante do Ministério da Fazenda nos seguintes grupos executivos: de recuperação da economia do Estado do Espírito Santo e da Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014; Substituto do Chefe de Gabinete da STN; Gerente de Investimento Público da Coordenação-Geral de Análise Econômico-Fiscal de Investimento Público-COAPI da STN; Coordenador da Coordenação-Geral de Análise Econômico-Fiscal de Projetos de Investimento Público.

JOÃO CARLOS FERREIRA

Formação Acadêmica

- Graduação em Ciências Econômicas – 1985 – UCB

- Pós-graduação em Análise de Sistemas – 2000 – UCB

- Pós-graduação em Administração Financeira – 2003 – FGV

. Experiência Profissional

Servidor público:

IBAMA – 1981 a 1984

CODEPLAN – 1984 a 1989

Bancário:

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – 1989

Cedido à Secretaria do Tesouro Nacional – 11/2000

Gerente de Projetos da COPEM – 01/2011 – 01/2012

Gerente da COPEM – 02/2012

Cursos de Especialização:

Matemática Financeira - Local: Cecília Menon

Access Avançado - Local: CENTRESAF/DF

Finanças Públicas - Local: CENTRESAF/DF

Mercado Financeiro – Análise Técnica: Fundamentos e Prática - Local: CMA Educacional

JAVA - Local: SENAC

Com relação aos demais itens da Instrução da CVM 480, informamos:

12.7 – Não se aplica.

Os nomes indicados acima, nos anexos I e II, relativos aos Conselheiros de Administração, Conselheiros Fiscais e Suplentes:

12.8 – b) i. ii. iii

Em atendimento ao disposto no item 12.8.b do Formulário de referência anexo à Instrução da CVM 480/09, **todos** os indicados para eleição supracitados declararam que, para todos os fins de direito, nos últimos cinco anos não sofreram condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a Comissão de Valores Mobiliários ou condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.9 .Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os candidatos indicados e:

(a) Administradores da Telebrás:

Não há,

(b) (i) administradores da Telebrás e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Telebrás:

Não há

(c) (i) administradores da Telebrás ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Telebrás:

Não há

(d) (i) administradores da Telebrás e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Telebrás:

Não há.

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre os candidatos indicado e:

(a) Sociedade controlada, direta ou indireta, pela Telebrás:

Não aplicável

(b) Controlador direto ou indireto da Telebrás.

Não aplicável

(c) Caso seja relevante, informar tais relações com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Telebrás, de suas controladas ou controladoras ou de controladas de alguma dessas pessoas:

Não aplicável.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS

ITEM 5

FIXAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

- 5) Proposta de remuneração global anual fixa e variável dos administradores e conselho fiscal para o período compreendido entre a data da assembléia geral ordinária 2012 e a data da assembléia geral ordinária a ser realizada no ano de 2013:

• R\$ 2.292.520,51 (dois milhões, duzentos e noventa e dois mil, cento e vinte reais e cinquenta e um centavos)

DISCRIMINAÇÃO (Período de abril de 2012 a março/2013)	DIRETORIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	TOTAL
HONORARIOS	1.643.996,14	310.238,00	193.898,75	2.148.132,89
BENEFICIOS DIRETOS E INDIRETOS	144.387,62	- 0 -	- 0 -	144.387,62
TOTAL	1.788.383,76	310.238,00	193.898,75	2.292.520,51

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Item 13 do Anexo nº. 24 da Instrução CVM nº. 480/2009 Em cumprimento à disposição do art. 12, da Instrução CVM nº. 481, de 17 de dezembro de 2009, a Companhia presta as informações relativas ao item 13 do Formulário de Referência, que corresponde ao anexo nº. 24, da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009. A Companhia possui um conselho de administração composto de no mínimo 6 (seis) e no máximo de 8 (oito) membros, uma Diretoria-Executiva, composta do Presidente e de até 4 (quatro) Diretores. Possui também um Conselho Fiscal, de caráter permanente, composto de 5 (cinco) membros efetivos e 5 (cinco) suplentes. Um dos membros do conselho de administração integra a Diretoria-Executiva. As informações referem-se ao exercício 2011.

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.1. POLÍTICA E PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E NÃO ESTATUTÁRIA, DO CONSELHO FISCAL, DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS E DOS COMITÊS DE AUDITORIA, DE RISCO, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO, ABORDANDO OS SEGUINTE ASPECTOS:

A política ou prática de remuneração dos administradores da TELEBRÁS é definida pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão que, por meio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, encaminha a planilha contendo a discriminação das parcelas que compõem a remuneração dos Administradores (Diretoria e Conselho de Administração) desta empresa, remetida à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, com vistas a subsidiar a decisão do acionista majoritário por ocasião da realização da Assembléia Geral de Acionistas,

a) Objetivos da política ou prática de remuneração;

A política ou prática de remuneração dos administradores da TELEBRÁS é definida pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST

Conselho de Administração e Conselho Fiscal

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

b) Composição da remuneração:

A DEST sugeriu ao acionista majoritário a seguinte composição de remuneração:

Honorários;

13º Salário;

Adicional de Férias;

Abono Pecuniário de Férias;

Auxílio Alimentação;

Auxílio Moradia;

Seguro de Vida em Grupo;

Assistência Hospitalar, Médica e Odontológica e Auxílio Medicamentos.

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Honorários: retribuição mensal;

13º Salário: honorário extra a ser concedido 1 (uma) vez ao ano;

Adicional de Férias: parcela correspondente a 1/3 do honorário a ser concedido ao diretor por ocasião de férias;

Abono Pecuniário de Férias: parcela correspondente a 1/3 da soma do honorário e adicional de férias, no caso da opção por férias de 20 dias;

Auxílio Alimentação: parcela indenizatória para reembolso de despesas com alimentação;

Auxílio Moradia: parcela indenizatória a ser concedido em conformidade com o Decreto nº 3.255, de 19.11.1999;

Seguro de Vida em Grupo: parcela destinada a cobertura de 50% do valor do prêmio de seguro de vida em grupo;

Assistência Hospitalar, Médica e Odontológica e Auxílio Medicamentos (Benefícios Sociais): parcelas destinadas a reembolso com despesas para o tratamento de saúde.

NOTA: Os honorários dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, são fixados em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a: adicional e abono pecuniário de férias, auxílio alimentação, auxílio moradia, seguro de vida em grupo, seguridade social e benefícios sociais.

ii. Proporção de cada elemento na remuneração total

- Honorários: 62,45%

- 13º Salário: 5,21%

- Adicional de Férias: 1,74%

- Abono Pecuniário de Férias: 2,31%

- Auxílio Alimentação: 1,37%

- Auxílio Moradia: 2,83%

- Seguro de Vida em Grupo: 0,13%

- Assistência Hospitalar, Médica e Odontológica e Auxílio Medicamentos (Benefícios Sociais): 1,97%

- Honorários do Conselho de Administração: 13,53%

- Honorários do Conselho Fiscal: 8,46%

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A política ou prática de remuneração dos administradores da TELEBRÁS é definida pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

A política ou prática de remuneração dos administradores da TELEBRÁS é definida pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração;

A política ou prática de remuneração dos administradores da TELEBRÁS é definida pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A política ou prática de remuneração dos administradores da TELEBRÁS é definida pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo;

A política ou prática de remuneração dos administradores da TELEBRÁS é definida pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST

f) existência de remuneração suportada por controladas, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não aplicável

13.2. REMUNERAÇÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL:

PREVISÃO Remuneração para o exercício 2012	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONS. FISCAL	TOTAL
Número de membros	8	4	5	17
Honorários	289.478,42	1.559.510,17	183.042,09	2.032.030,68
Benefícios diretos	N/A	139503,458	N/A	139.503,46
Participação em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração variável	N/A	N/A	N/A	N/A
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros (ILP)	N/A	N/A	N/A	N/A
Encargos	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pós-emprego	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pela cessão do exercício do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração baseada em ações	N/A	N/A	N/A	N/A
TOTAL GERAL	289.478,42	1.699.013,63	183.042,09	2.171.534,14

Posição em 31/12/2011	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	8	4	5	17
Remuneração fixa anual (em R\$)				
Salário / pró-labore	284.719,37	1.399.818,17	175.684,18	1.860.221,72
Benefícios diretos e indiretos	N/A	239.316,03	N/A	239.316,03
Participação em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração variável	N/A	N/A	N/A	N/A
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros (ILP)	N/A	N/A	N/A	N/A
Encargos	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pós-emprego	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pela cessão do exercício do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração baseada em ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Total Geral	284.719,37	1.639.134,2	175.684,18	2.099.537,75

31/12/2010	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	8	4	5	17
Remuneração fixa anual (em R\$)				
Salário / pró-abore	174.279,00	812.373,00	145.361,00	1.132.013,00
Benefícios diretos e indiretos	N/A	65.983,00	N/A	65.983,00
Participação em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração variável	N/A	N/A	N/A	N/A
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros (ILP)	N/A	N/A	N/A	N/A
Encargos	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pós-emprego	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pela cessão do exercício do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração baseada em ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Total Geral	174.279,00	878.356,00	145.361,00	1.197.996,00

31/12/2009	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6	2	5	13
Remuneração fixa anual (em R\$)				
Salário / pró-labore	141.727,00	478.686,00	119.891,00	740.304,00
Benefícios diretos e indiretos	N/A	10.927,00	N/A	10.927,00
Participação em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração variável	N/A	N/A	N/A	N/A
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros (ILP)	N/A	N/A	N/A	N/A
Encargos	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pós-emprego	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pela cessão do exercício do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração baseada em ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Total Geral	141.727,00	489.613,00	119.891,00	751.231,00

13.3. REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL:

Não há remuneração variável.

13.4. PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA EM VIGOR NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL E PREVISTO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE:

Não há plano de remuneração baseado em ações.

13.5. AÇÕES OU COTAS DIRETA OU INDIRETAMENTE DETIDAS, NO BRASIL OU NO EXTERIOR, E OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS CONVERTÍVEIS EM AÇÕES OU COTAS, EMITIDOS PELA COMPANHIA, SEUS CONTROLADORES DIRETOS OU INDIRETOS, SOCIEDADES CONTROLADAS OU SOB CONTROLE COMUM, POR MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL AGRUPADOS POR ÓRGÃO, NA DATA DE ENCERRAMENTO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL:

ORGÃO	ON	PN
CA*	282	70.673
CF*	5	40.405
DIRETORIA	0	0

*ANTES DO GRUPAMENTO DE AÇÕES DE 10.000 PARA 1

13.6. EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA: A) ÓRGÃO; B) NÚMERO DE MEMBROS; C) EM RELAÇÃO A CADA OUTORGA DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES; (I) A DATA DE OUTORGA; (II) QUANTIDADE DE OPÇÕES OUTORGADAS; (III) PRAZO PARA QUE AS OPÇÕES SE TORNEM EXERCÍVEIS; (IV) PRAZO MÁXIMO PARA EXERCÍCIO DAS OPÇÕES; (V) PRAZO DE RESTRIÇÃO À TRANSFERÊNCIA DAS AÇÕES; (VI) PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES: (I) EM ABERTO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL; (II) PERDIDAS DURANTE O EXERCÍCIO SOCIAL; (III) EXERCIDAS DURANTE O EXERCÍCIO SOCIAL; (IV) EXPIRADAS DURANTE O EXERCÍCIO SOCIAL; D) VALOR JUSTO DAS OPÇÕES NA DATA DE OUTORGA; E) DILUIÇÃO POTENCIAL EM CASO DE EXERCÍCIO DE TODAS AS OPÇÕES OUTORGADAS:

Não há remuneração baseada em ações.

13.7. EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EM ABERTO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA AO FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: A) ÓRGÃO; B) NÚMERO DE MEMBROS; C) EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES NÃO EXERCÍVEIS; (I) QUANTIDADE; (II) DATA QUE SE TORNARÃO EXERCÍVEIS; (III) PRAZO MÁXIMO PARA EXERCÍCIO DAS OPÇÕES; (IV) PRAZO DE RESTRIÇÃO À TRANSFERÊNCIA DAS AÇÕES; (V) PRAZO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO; (VI) VALOR JUSTO DAS OPÇÕES NO ÚLTIMO DIA DO EXERCÍCIO SOCIAL; E D) EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EXERCÍVEIS; (I) QUANTIDADE; (II) PRAZO MÁXIMO PARA EXERCÍCIO DAS OPÇÕES; (III) PRAZO DE RESTRIÇÃO À TRANSFERÊNCIA DAS AÇÕES; (IV)

PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO; (V) VALOR JUSTO DAS OPÇÕES NO ÚLTIMO DIA DO EXERCÍCIO SOCIAL; (VI) VALOR JUSTO DO TOTAL DAS OPÇÕES NO ÚLTIMO DIA DO EXERCÍCIO SOCIAL:

Não há opções.

13.8. EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EXERCIDAS E AÇÕES ENTREGUES RELATIVAS À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS: A) ÓRGÃO; B) NÚMERO DE MEMBROS; C) EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EXERCIDAS: (I) NÚMERO DE AÇÕES; (II) PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO; E (III) VALOR TOTAL DA DIFERENÇA ENTRE O VALOR DE EXERCÍCIO E O VALOR DE MERCADO DAS AÇÕES RELATIVAS ÀS OPÇÕES EXERCIDAS; E D) EM RELAÇÃO ÀS AÇÕES ENTREGUES INFORMAR: (I) NÚMERO DE AÇÕES; (II) PREÇO MÉDIO PONDERADO DE AQUISIÇÃO; E (III) VALOR TOTAL DA DIFERENÇA ENTRE O VALOR DE AQUISIÇÃO E O VALOR DE MERCADO DAS AÇÕES ADQUIRIDAS:

Não há opções exercidas e nem ações entregues.

13.9. INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A COMPREENSÃO DOS DADOS DIVULGADOS NOS ITENS 13.6 A 13.8 (INCLUSIVE MÉTODO DE PRECIFICAÇÃO DO VALOR DAS AÇÕES E DAS OPÇÕES), INDICANDO: A) MODELO DE PRECIFICAÇÃO; B) DADOS E PREMISSAS UTILIZADAS NO MODELO DE PRECIFICAÇÃO, INCLUINDO O PREÇO MÉDIO PONDERADO DAS AÇÕES, PREÇO DE EXERCÍCIO, VOLATILIDADE ESPERADA, PRAZO DE VIDA DA OPÇÃO, DIVIDENDOS ESPERADOS E A TAXA DE JUROS LIVRE DE RISCO; C) MÉTODO UTILIZADO E AS PREMISSAS ASSUMIDAS PARA INCORPORAR OS EFEITOS ESPERADOS DO EXERCÍCIO ANTECIPADO; E D) FORMA DE DETERMINAÇÃO DA VOLATILIDADE ESPERADA; (E) SE ALGUMA OUTRA CARACTERÍSTICA DA OPÇÃO FOI INCORPORADA NA MENSURAÇÃO DE SEU VALOR JUSTO:

Não há informações para a compreensão dos dados mencionados, em vista desses dados não existirem.

13.10. EM RELAÇÃO AOS PLANOS DE PREVIDÊNCIA EM VIGOR CONFERIDOS AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E AOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS:

Não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

13.11. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DIRETORIA ESTATUTÁRIA E CONSELHO FISCAL EM RELAÇÃO AOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS:

ÓRGÃO	EXERCÍCIO 2009 (REALIZADO)			
	QUANT.	Valor da maior remuneração individual (anual)	Valor da menor remuneração individual (anual)	Valor médio de remuneração individual (anual)

DIRETORIA	2	240.142,15	240.142,15	240.142,15
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	6	23.934,29	22.055,32	23.621,13
CONSELHO FISCAL	5	24.049,11	23.934,29	23.978,18
EXERCÍCIO 2010 (REALIZADO)				
ÓRGÃO	QUANT.	Valor da maior remuneração individual (anual)	Valor da menor remuneração individual (anual)	Valor médio de remuneração individual (anual)
DIRETORIA	6	237.051,81	52.577,78	144.814,80
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	13	29.129,49	7.429,13	18.279,31
CONSELHO FISCAL	7	29.129,49	2.694,60	15.912,05

EXERCÍCIO 2011 (REALIZADO)				
ÓRGÃO	QUANT.	Valor da maior remuneração individual (anual)	Valor da menor remuneração individual (anual)	Valor médio de remuneração individual (anual)
DIRETORIA	4	416.672,18	42.093,64	349.954,54
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	8	36.209,46	1.610,08	35.589,92
CONSELHO FISCAL	5	36.209,46	9.105,41	35.136,84

13.12 ARRANJOS CONTRATUAIS, APÓLICES DE SEGUROS OU OUTROS INSTRUMENTOS QUE ESTRUTURAM MECANISMOS DE REMUNERAÇÃO OU INDENIZAÇÃO PARA OS ADMINISTRADORES EM CASO DE DESTITUIÇÃO DO CARGO OU DE APOSENTADORIA (INCLUSIVE CONSEQUÊNCIAS FINANCEIRAS PARA A COMPANHIA):

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. PERCENTUAL DA REMUNERAÇÃO TOTAL DE CADA ÓRGÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DA COMPANHIA REFERENTE A MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL QUE SEJAM PARTES RELACIONADAS AOS CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, CONFORME DEFINIDO PELAS REGRAS CONTÁBEIS QUE TRATAM DESSE ASSUNTO

	2011	2010	2009
Conselheiro de Administração	74,56%	67,89%	66,67%
Diretoria	100%	100%	100%
Conselho Fiscal	58,78%	60,11%	60%

13.14. VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DA COMPANHIA COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, POR QUALQUER RAZÃO QUE NÃO A FUNÇÃO QUE OCUPAM, COMO POR EXEMPLO, COMISSÕES E SERVIÇOS DE CONSULTORIA OU ASSESSORIA PRESTADOS:

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15. VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS DE CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, DE SOCIEDADES SOB CONTROLE COMUM E DE CONTROLADAS DA COMPANHIA, COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, ESPECIFICANDO A QUE TÍTULO TAIS VALORES FORAM ATRIBUÍDOS A TAIS INDIVÍDUOS:

Não há valores reconhecidos no resultado dos três últimos exercícios sociais de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia.

13.16. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGUE RELEVANTES:

NADA A ACRESCENTAR.

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM CUMPRIMENTO AO ART.9º DA INSTRUÇÃO CVM 481/09

10.1. CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS

10.1. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

No encerramento do exercício de 2011 constata-se a ocorrência de significativas variações na estrutura patrimonial da Empresa.

O Ativo apresentou uma evolução da ordem de 100%, quando comparado com 2010, decorrente do crescimento das rubricas do Ativo Circulante (evolução de 119%) e Ativo Imobilizado (evolução de 1.870%). Referidas variações decorrem do aporte de recursos por parte do acionista controlador, para o financiamento da implantação do Programa Nacional de Banda Larga, que não foram totalmente utilizados.

Já com relação à estrutura de financiamento da empresa pode-se afirmar que a mesma também passou por profundas alterações, já que houve reclassificações de passivos contingentes do Passivo Não Circulante para o Passivo Circulante, em função das avaliações dos processos judiciais nos quais a Telebras figura no pólo passivo, e em função também dos processos de implantação dos projetos da Empresa, que implicaram em forte crescimento dos passivos junto a fornecedores (passivo circulante). Em função ainda do ingresso de recursos a serem incorporados ao capital social da empresa, decorrentes de subscrições de capital por parte do acionista controlador o Patrimônio Líquido apresentou forte evolução, passando de R\$ 22,3 milhões negativos para R\$ 338,7 milhões positivos.

Assim sendo os dados da estrutura patrimonial refletem uma situação que deve continuar sofrendo profundas alterações nos períodos subseqüentes, uma vez que a atividade da Empresa requer a utilização intensiva de capitais concentrados no seu ativo imobilizado e o processo de implantação de seu projeto foi acelerado ao longo do exercício de 2011, com reflexos mais fortes nos exercícios seguintes.

Destaque para o aumento do prejuízo verificado no exercício em relação ao do período de 2010. Esse aumento deveu-se principalmente ao fato de que em 2010 houve reversão de despesas da Provisão do Programa de Incentivo por Serviços Prestados - PISP, em função de sua revogação parcial gerando uma receita de reversão da ordem de R\$ 27 milhões, enquanto que em 2011 a receita decorrente da extinção do referido programa gerou receita de reversão de R\$ 8,7 milhões.

As receitas obtidas pela TELEBRÁS com as aplicações financeiras, ainda são sua receita mais expressiva e tem sido utilizadas para cobrir os desembolsos decorrentes de suas atividades operacionais, já que as despesas financeiras apropriadas não afetam o caixa da empresa.

Em decorrência da apuração de prejuízo no exercício e da permanência de prejuízos acumulados, não foram feitas provisões para pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio aos acionistas, bem como não foi apropriada a participação nos lucros dos empregados.

EM R\$ MIL

RUBRICAS	EXERCÍCIOS FINDOS EM					
	2011		2010		2009	
	R\$	AV%	R\$	AV%	R\$	AV%
Receitas Operacionais	9.529	19,9	27.237	196,5	181	0,9
Receitas de Serviços Prestados	99	0,2				
Recup. de Contingências - PISP	8.712	18,2	27.077	195,3	0	0,0
Dividendos/JCP e Outras	718	1,5	160	1,2	181	0,9
Despesas Operacionais	54.612	114,0	(36.640)	(264,3)	(18.422)	(89,5)
Despesas Gerais e Administrativas	48.808	101,9	(16.107)	(116,2)	(6.415)	(31,2)
Provisão para Contingências	5.505	11,5	(17.382)	(125,4)	(8.065)	(39,2)
Prov. Prog. Indeniz. Por Serv. Prest.	0	0,0	(3.005)	(21,7)	(2.451)	(11,9)
Impostos, Taxas e Contribuições	264	0,6	(81)	(0,6)	(38)	(0,2)
Perdas com Ações Judiciais	35	0,1	(65)	(0,5)	(1.453)	(7,1)
Prejuízo antes do Resultado Financeiro	(45.083)	(94,1)	(9.403)	(67,8)	(18.241)	(88,6)
Resultado Financeiro	(2.826)	(5,9)	(3.659)	(26,4)	(297)	(1,4)
Receitas Financeiras	48.879	102,0	31.830	229,6	31.757	154,2
Despesas Financeiras	(51.705)	(107,9)	(35.489)	(256,0)	(32.054)	(155,7)
Resultado Antes dos Tributos	(47.909)	(100,0)	(13.062)	(94,2)	(18.538)	(90,0)
Provisão para IR e CSLL	0		(799)	(5,8)	(2.052)	(10,0)
Prejuízo do Exercício	(47.909)	100,0	(13.861)	100,0	(20.590)	100,0

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: (i) hipóteses de resgate;

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 419,5 milhões. Está representado por ações ordinárias e ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo assegurado a elas prioridade no recebimento de dividendos de acordo com o estatuto social da Companhia. Não há possibilidade de resgate de ações, exceto nos termos do artigo 44 da Lei das Sociedades por Ações. Dessa forma, o resgate far-se-ia pelo seu valor econômico.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O volume de recursos alocados no item de Disponibilidades é suficiente para a cobertura dos compromissos assumidos uma vez que representa 173% dos valores consignados no Passivo circulante da Empresa, e gera receitas financeiras em decorrência de sua aplicação em instituições financeiras públicas, garantindo ainda a quitação dos compromissos vencidos.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No exercício de 2011, a TELEBRÁS contou como fonte de financiamento de seu capital de giro, bem como para custeio de seus investimentos em ativos operacionais, com recursos provenientes do Acionista Controlador (União), para futuros aumentos do Capital Social da Empresa, acrescidos da receita financeira originária da aplicação financeira dos excedentes desses recursos.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Empresa conta com recursos já disponíveis aplicados no mercado financeiro, que garantem a cobertura dos compromissos decorrentes dos investimentos já comprometidos e a comprometer, conforme descrito na alínea "d".

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

RUBRICAS	2011		2010	
	R\$ MIL	PART. %	R\$ MIL	PART.%
DISPONIBILIDADES	635.318	90,2	270.178	87,2
OUTRAS CONTAS A RECEBER	68.541	9,8	40.797	12,8
ATIVO CIRCULANTE	703.859	100,0%	320.975	100,0%
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRAB.	7.682	1,0	7.435	2,3
FORNECEDORES	44.579	6,3	1.834	0,5
CONTINGÊNCIAS PASSIVAS	254.549	36,2	32.698	10,2
OUTROS PASSIVOS	59.750	8,5	51.093	15,9
PASSIVO CIRCULANTE	366.560	52,0	93.060	28,9
LIQUIDEZ CORRENTE		R\$ 1,92		R\$ 3,45

Os passivos circulantes da Empresa representam 52% do volume de recursos mantidos no ativo circulante, em que as disponibilidades para uso imediato representam 90%. Portanto as dívidas de natureza eminentemente operacional pouco comprometem a solvabilidade. A dívida maior está representada por passivos contingentes, cujo desfecho depende ainda de decisões judiciais, que podem variar para mais ou para menos. Contudo, a administração entende que o nível de provisões é adequado.

i.contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Pelo fato de a Empresa estar se capitalizando com o aporte de recursos do acionista controlador, não tem se utilizado de empréstimos tomados junto ao mercado financeiro.

ii.outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não se aplica, de acordo com o descrito no item "i";

iii.grau de subordinação entre as dívidas

DESCRIÇÃO	2011	2010
PASSIVO CIRCULANTE	366.560	93.060
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	193.345	376.451
PASSIVO EXIGÍVEL	559.905	469.511

A distribuição da dívida total indica que 65% em 2011 concentram-se no passivo circulante, ante 20% de 2010. Tal alteração de subordinação decorre do fato de que em decorrência do processo de avaliação permanente dos passivos contingentes, parte expressiva da dívida de longo prazo foi transferida para o passivo circulante de companhia alterando significativamente o grau de subordinação.

iv.eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Limites de endividamento: Estatutariamente não há estabelecimento de limites para o endividamento da Empresa. Contudo, o orçamento aprovado pelo acionista controlador impõe limites para a captação de recursos junto ao mercado financeiro, que deve seguir as regras estabelecidas no orçamento das empresas estatais. As operações financeiras são analisadas na relação custo/benefício (alavancagem financeira).

Distribuição de Dividendos: A Empresa segue o estabelecido no estatuto social, qual seja a distribuição a título de dividendos de 25% do lucro apurado no exercício. Primeiramente são atribuídos os dividendos às ações preferenciais de 6% do valor da ação. Em seguida, são atribuídos às ações ordinárias na proporção das ações emitidas. Se houver ainda saldos remanescentes, que permitam distribuições os mesmos são atribuídos aos acionistas ordinaristas e preferencialistas em igualdade de condições. Em função do prejuízo apurado em 2011 a proposta da Administração de destinação do resultado não contempla o pagamento de dividendos.

Alienação de ativos: Deve ser feita com base no que determina a Lei 8.666, aplicável a todas as entidades e empresas do setor público federal.

Emissão de novos valores mobiliários: Segue as determinações do estatuto social em seus artigos 8º, 9º e 10º e orientação do acionista controlador, que estabelece os limites dessa forma de captação de recursos junto ao mercado de capitais, desde que consignada no orçamento anual da empresa, aprovado pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST.

Alienação de Controle Acionário: O estatuto social da Companhia não prevê esta modalidade. Contudo, a alienação, tal como ocorre com as alienações de ativos, deve ser alvo de oferta pública ao mercado, após aprovação pelo acionista controlador e pela Assembleia Geral.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Como a empresa não se utiliza de empréstimos para o financiamento das suas atividades o item não se aplica.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A descreve-se a seguir as alterações significativas em itens das Demonstrações Financeiras, com base na comparação dos exercícios 2011/2010.

RUBRICAS	EXERCÍCIOS (VALORES EM R\$ MIL)							
	2011	2010	2009					
	R\$	AV%	AH%	R\$	AV%	AH%	R\$	AV%
Ativo Circulante	703,9	78,3	119,3	321,0	71,8	7,0	300,0	69,3
Disponibilidades	635,3	70,6	126,7	280,2	62,6	6,1	278,5	64,3
Tributos a Recuperar	34,3	3,8	61,0	21,3	4,8	273,6	5,7	1,3
Outros Valores	34,3	3,8	75,9	19,5	4,3	23,4	15,8	3,6
Ativo Não Circulante	194,7	21,7	54,3	126,2	28,2	(5,2)	133,1	30,7
Realizável a Longo Prazo	115,9	12,9	(5,2)	122,2	27,3	(8,1)	132,9	30,7
Imobilizado/Intangível	78,8	8,8	1.870,0	4,0	0,9	1.900,0	0,2	0,0
TOTAL DO ATIVO	898,6	100,0	100,9	447,2	100,0	3,3	433,1	100,0
Passivo Circulante	366,6	40,8	293,8	93,1	20,8	(0,2)	93,3	21,5
Passivo Não Circulante	193,3	21,5	(48,6)	376,4	84,2	7,8	349,3	80,7
TOTAL DO PASSIVO	559,9	62,3	19,3	469,5	105,0	6,1	442,6	102,2
Patrimônio Líquido	338,7	37,7	1.618,8	(22,3)	(5,0)	134,7	(9,5)	(2,2)
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	898,6	100,0	100,9	447,2	100,0	3,3	433,1	100,0

Ativo Circulante

Disponibilidades: Aumento de 126% em função do ingresso de recursos para aumento do capital social, cujo saldo não utilizado permanece na conta de aplicações financeiras de curto prazo.

Tributos a Recuperar: Aumento de 61% resultante da atualização dos tributos pela taxa SELIC e de novas retenções na fonte do Imposto de Renda sobre os rendimentos de aplicações financeiras auferidos no exercício, apesar das compensações efetuadas no período com débitos tributários relativos ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica, Contribuição Social, Imposto de Renda Retido na Fonte sobre assalariados e prestadores de serviço pessoa jurídica, além do débito de IRRF reclamado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral de Fazenda no processo judicial nº 200334000405974, ainda objeto de contestação no processo nº 200234000366948 de Ação Anulatória, em trâmite na Justiça Federal.

Outros ativos circulantes: Aumento de 75,9% principalmente em decorrência de depósitos judiciais efetuados no período, por decisões judiciais.

Ativo não Circulante:

Realizável a Longo Prazo: Redução de 5,2% no realizável a longo prazo em função da transferência de saldos de tributos a recuperar para o ativo circulante.

Imobilizado: Em função dos investimentos realizados apresentou evolução de 1.870% no exercício de 2011, com destaque para o crescimento do imobilizado em andamento que cresceu de R\$ 1.0 milhão para R\$ 82,9 milhões em 2011.

Passivo Circulante

Fornecedores: Também apresentou forte variação em função das compras de imobilizado ainda não pagas no valor de R\$ 44.1 milhões, responsáveis pela evolução verificada no saldo.

Contingências Passivas: Além do anteriormente citado o crescimento acentuado do passivo circulante decorreu da transferência de valores do passivo não circulante, em função de avaliações de processos judiciais, levando à administração a determinar a sua reclassificação de forma a melhor espelhar a situação decorrente desse processo.

Patrimônio Líquido: Apresentou forte evolução em função dos aportes de recursos do acionista controlador para aumento do capital social, classificados como patrimônio líquido dada a certeza de sua incorporação ao capital social da empresa, que deverá ocorrer no exercício de 2012. Assim sendo, o Patrimônio Líquido da Empresa, a despeito do prejuízo verificado no exercício apresentou evolução de R\$ 22,3 milhões negativos para R\$ 338,7 milhões positivos.

Prejuízo do Exercício

Em 2011 houve recrudescimento no prejuízo da companhia motivado por reversão de provisões em nível bem inferior ao verificado em 2010, notadamente aquelas relacionadas ao programa de incentivo por serviços prestados - PISP, extinto por determinação superior, mas que contava com saldo inferior a reverter, quando relacionado com 2010.

10.2. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE:

- RESULTADOS DAS OPERAÇÕES DA COMPANHIA.

RUBRICAS	EXERCÍCIOS FINDOS EM							
	2011	2010	2009					
			R\$	AV%	R\$	AV%	R\$	AV%
Receitas Operacionais			9.5	19,9	27.2	196,5	0,2	0,9
Despesas Operacionais			(54.6)	114,0	(36.6)	(264,3)	(18.4)	(89,5)
Prejuízo antes do Resultado Financeiro			(45.1)	(94,1)	(9.4)	(67,8)	(18.2)	(88,6)
Resultado Financeiro			(2.8)	(5,9)	(3.7)	(26,4)	(0,3)	(1,4)
Provisão para Imp. de Renda e CSLL			0	0	(0,8)	(5,8)	(2,0)	(10,0)
Prejuízo do Exercício			(47.9)	100,0	(13.9)	100,0	(20.5)	100,0

As receitas operacionais da Telebrás apresentaram decréscimo de 64,1% no exercício. Tal variação decorre do fato de que o volume de reversões de provisões no período foi bem inferior ao volume de 2010, ocasião em que só a reversão da provisão para indenização por serviços prestados PISP, gerou uma receita de R\$ 27 milhões. As despesas operacionais cresceram de forma expressiva (49%), tendo em vista que as contratações de pessoal mais o retorno de grande parte do pessoal cedido à ANATEL à Empresa ensejaram no crescimento nas despesas com pessoal, com forte impacto no crescimento das despesas. Além disso, considerando a fase inicial de operação em que a empresa se encontra houve acréscimo também nos custos de serviços de terceiros, dadas as ampliações que se fizeram na sede e em instalações.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Os ativos da Empresa referentes a tributos a recuperar junto à Receita Federal do Brasil, são indexados pela taxa SELIC. Em 2011 as receitas decorrentes dessa indexação foram da ordem de R\$ 5,3 milhões.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os adiantamentos para aumento de capital recebidos do acionista controlador e registrados no Patrimônio Líquido são atualizados pela taxa SELIC, por determinação legal. A indexação desse passivo gerou uma despesa financeira de R\$ 13,8 milhões.

10.3 – EVENTOS COM EFEITOS RELEVANTES, OCORRIDOS E ESPERADOS, NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

10.3. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE EFEITOS RELEVANTES QUE OS EVENTOS ABAIXO TENHAM CAUSADO OU SE ESPERA QUE VENHAM A CAUSAR NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOS RESULTADOS DA COMPANHIA:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

A autorização legal não contempla novos segmentos operacionais, já que a Telebras é concessionária de serviços públicos.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

O plano de negócios não prevê estas modalidades.

c) eventos ou operações não usuais

Não se constataram eventos ou operações não usuais.

10.4 – MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS – RESSALVAS E ÊNFASES NO PARECER DO AUDITOR

10.4. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis 2008.

Quanto ao critério dos instrumentos financeiros, a Empresa contabiliza a variação como ajuste de avaliação patrimonial em seu único ativo financeiro avaliado ao preço de mercado, a partir de 2008. Até 31.12.2007 o valor correspondente a perda ou ganho era contabilizado no resultado, havendo portanto um impacto irrelevante na demonstração do resultado.

Quanto ao imobilizado, ressalte-se que o mesmo vem sendo registrado com base no valor de aquisição acrescido dos custos de transporte, das despesas com instalação e na maioria dos itens são contabilizados também como custo os gastos de operação inicial.

Quanto ao ajuste a valor presente nas operações ativas e passivas a longo prazo e para as relevantes de curto prazo a empresa atualmente não possui nenhuma operação que possa gerar algum efeito significativo.

Os demais ativos são demonstrados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, os custos incidentes e as variações monetárias, de acordo com as características dos ativos.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

Quanto ao ajuste a valor presente nas operações ativas e passivas a longo prazo e para as relevantes de curto prazo a empresa atualmente não possui nenhuma operação que possa gerar algum efeito significativo.

a. mudanças significativas nas práticas contábeis 2011.

As demonstrações contábeis são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/1976 e suas alterações posteriores (Leis nº 11.638/2007 e 11.941, de 27 de maio de 2009), nos Pronunciamentos, Orientações, Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aplicáveis e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e, no que couber, com as normas aplicáveis às concessionárias de serviços públicos de telecomunicações e foram examinadas por auditores independentes.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis, 2008 e 2009 e 2010.

Não houve efeitos significativos para a Empresa conforme mencionado no item “a”.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório dos auditores independentes em relação a 2010

A Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2010, um capital circulante líquido de R\$ 227,9 milhões, satisfatório pelos conceitos de liquidez, todavia manteve o histórico de prejuízo, apurando no exercício o valor R\$ 13,8 milhões, passando o patrimônio líquido negativo para R\$ 22,3 milhões, cuja abertura dependerá da realização de ativos em valores superiores aos registrados na contabilidade ou redução dos valores do passivo.

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 13 e nº 22, a União abriu um Crédito Extraordinário da ordem de R\$300 milhões, destinado à TELEBRAS, para a Implantação da Rede Nacional de Banda Larga, em conformidade com o Decreto nº 7.175, de 12/05/2010, e futura capitalização, cujo valor será incorporado à previsão de aporte do exercício de 2011, conforme o Decreto s/nº de 28/01/2011, publicado na Edição Extra do DOU de 28/01/2011.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório dos auditores independentes em relação a 2011

A inserir tão logo recebamos o relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

10.5. POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS ADOTADAS PELA COMPANHIA (INCLUSIVE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS FEITAS PELA ADMINISTRAÇÃO SOBRE QUESTÕES INCERTAS E RELEVANTES PARA A DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS, QUE EXIJAM JULGAMENTOS SUBJETIVOS OU COMPLEXOS, TAIS COMO: PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS, RECONHECIMENTO DA RECEITA, CRÉDITOS FISCAIS, ATIVOS DE LONGA DURAÇÃO, VIDA ÚTIL DE ATIVOS NÃO CIRCULANTES, PLANOS DE PENSÃO, AJUSTES DE CONVERSÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA, CUSTOS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL, CRITÉRIOS PARA TESTE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS):

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Segue abaixo o entendimento da Diretoria da Companhia com relação às suas práticas contábeis.

◦ **Disponibilidades**

As disponibilidades financeiras estão representadas por depósitos em conta corrente e por aplicações de liquidez imediata (diária) no Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista da Administração Federal, emanada do Decreto-Lei nº 1.290, de 03/12/1973, com as alterações decorrentes da Resolução nº 2.917, de 19/12/2001, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas estatais federais. Estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo o valor de mercado.

As aplicações financeiras de liquidez imediata diária são feitas em fundos de investimento financeiro extramercado, que têm como meta a rentabilidade da Taxa Média da SELIC. Vide Nota Explicativa nº 4.

◦ **Tributos a recuperar**

Os tributos a recuperar correspondem, na quase totalidade, saldo do imposto de renda retido na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras, a ser restituído pelo Governo Federal, ou a compensar com tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal e estão registrados ao valor esperado de recuperação. Vide Nota Explicativa nº 5.

◦ **Imposto de renda e contribuição social**

A partir do exercício de 1998, a Empresa deixou de registrar contabilmente os ativos fiscais diferidos de, imposto de renda e contribuição social, em relação às diferenças temporárias e aos prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, dada a incerteza de suas recuperações futuras. Oportunamente, a Empresa voltará a registrar contabilmente, em função de suas novas atividades no Programa Nacional de Banda Larga – PNBL. Vide Nota Explicativa nº 6.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro real e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, quando aplicável, limitadas a 30% do lucro real.

- **Ativos realizáveis - Créditos**

Estão representados preponderantemente pelos i) gastos com salários e encargos sociais incorridos com pessoal cedido como suporte para o funcionamento da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e outros Órgãos do Governo, de acordo com legislação específica, não sendo reconhecidos como despesas na Empresa e sim como um direito a receber e ii) por aplicações em ações de companhias abertas, avaliadas pelo valor de mercado conforme a cotação informada pela Bolsa de Valores de São Paulo.

- **Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo**

São apresentados pelo valor provável de realização na data do balanço.

- **Imobilizado**

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação/amortização acumulada, sem quaisquer avaliações sobre seus valores recuperáveis, tendo em vista sua recente constituição.

Em 2013, será contratada consultoria especializada para sua avaliação. Vide Nota Explicativa nº 9.

- **Provisões e obrigações trabalhistas**

Os valores relativos às provisões de férias e demais obrigações com empregados são apropriados mensalmente e estão apresentados no passivo circulante na rubrica Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais. Vide Nota Explicativa nº 10.

- **Provisões para contingências**

As contingências baseiam-se nas avaliações de risco de perda das ações judiciais em andamento efetuadas pelos assessores jurídicos da TELEBRÁS na data do balanço. Os fundamentos e a natureza das provisões estão descritos na Nota Explicativa nº 12.

- **Planos de benefícios pós-emprego**

As contribuições são determinadas atuarialmente e contabilizadas pelo regime de competência. As demais considerações relativas aos planos de benefícios pós-emprego estão descritas na Nota Explicativa nº 20.

- **Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

- **Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

- **Receitas (despesas) financeiras**

Representam juros e variações monetárias incidentes sobre os saldos de aplicações financeiras, tributos a recuperar, depósitos judiciais de obrigações, tais como provisão para contingências passivas, perdas judiciais, recursos para futuro aumento de capital, credores (empresas de telecomunicações) e cauções de fornecedores.

- **Prejuízo e valor patrimonial por ação - VPA por mil ações**

O prejuízo e o VPA por ação foram calculados com base no número de ações em circulação na data do balanço patrimonial, sendo 88.693.976 (líquidas de 1.936 ações em tesouraria) ações ordinárias e 21.002.999 ações preferenciais, totalizando 109.696.976 ações em 31/12/2011. e 886.939.765.869 (líquidas de 19.366.081) ações ordinárias e 886.939.765.869 ações preferenciais totalizando 1.096.969.762.929 ações em 31/12/2009.

◦ **Estimativas contábeis**

As estimativas contábeis basearam-se em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para a determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos às referidas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, constituída para o programa de desligamento de pessoal denominado “Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP)” e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes daqueles estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa mensalmente as estimativas e premissas da provisão para contingências e, trimestralmente, as demais provisões.

10.6 – CONTROLES INTERNOS RELATIVOS À ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – GRAU DE EFICIÊNCIA E DEFICIÊNCIA E RECOMENDAÇÕES PRESENTES NO RELATÓRIO DO AUDITOR

10.6. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE CONTROLES INTERNOS ADOTADOS PARA ASSEGURAR A ELABORAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONFIÁVEIS:

a – Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

A companhia adota práticas de governança corporativa com o objetivo de garantir os melhores procedimentos e controles internos de seus processos, assim como busca garantir a ampla transparência de suas atividades por meio da manutenção de um intenso fluxo de informações públicas, tais como a divulgação de: (i) Resultados Trimestrais; (ii) Fatos e Atos Relevantes; (iii) Relatórios Anuais; (iv) arquivamentos realizados perante a CVM e BM&FBovespa; (v) sua página na internet; e (vi) relações com investidores, assessoria de imprensa e demais canais de divulgação, com objetivo de manter um alinhamento entre os interesses dos acionistas, representados por meio do Conselho de Administração, e as responsabilidades dos membros da Diretoria Executiva.

A administração concluiu pela eficácia do ambiente de controle da Companhia sobre a divulgação de informações financeiras.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

A companhia mantém um processo de acompanhamento e tratamento das recomendações objeto da carta de controles internos emitida pelo auditor independente.

O documento relativo a 2011 sobre deficiências que possam comprometer o ambiente de controle e/ou a confiabilidade das demonstrações financeiras está sendo elaborado e as ações de correção serão implementadas, a fim de mitigar os riscos e eliminar danos ao seu patrimônio.

10.7 – DESTINAÇÃO DE RECURSOS DE OFERTAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO E EVENTUAIS DESVIOS

10.7. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE ASPECTOS REFERENTES A EVENTUAIS OFERTAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS:

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não se aplica, já que a companhia não promoveu ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica, conforme descrito na alínea "a".

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica, pelo mesmo motivo

10.8 – ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

10.8. ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA:

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não estejam devidamente registrados e avaliados em seu balanço patrimonial.

10.9 – COMENTÁRIOS SOBRE ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

10.9. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 10.8:

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.10 – PLANO DE NEGÓCIOS

10.10. COMENTÁRIO DOS DIRETORES SOBRE PRINCIPAIS ELEMENTOS DO PLANO DE NEGÓCIOS DA COMPANHIA:

a) investimentos, incluindo:

i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

O orçamento de capital consolidado e registrado no Programa de Dispêndios Globais - PDG, realizado no exercício de 2011 somou R\$ 76,20 milhões, dos quais R\$ 2,2 milhões para aquisição e manutenção de software, R\$ 72,37 milhões para implantação do Plano Nacional de Banda Larga - PNBL, R\$ 1,61 milhões para instalações e equipamentos da sede.

Para o exercício de 2012 somou R\$ 399,67 milhões, dos quais R\$ R\$ 44,52 milhões para aquisição e manutenção de software, R\$ 353,31 milhões para implantação do Plano Nacional de Banda Larga - PNBL, R\$ 1,84 milhões para instalações e equipamentos da sede.

A Empresa financia tais investimentos por meio do seu fluxo de caixa operacional e recursos disponibilizados pelo Governo Federal, conforme registrado e aprovado no Plano Plurianual 2012 a 2015.

Investimentos em 2011:

INVESTIMENTOS	Em R\$ Milhões	Porcentagem (%)
Sistemas Aplicativos	0,15	0,20%
Equipamentos de Computação	2,06	2,70%
Equipamentos PNBL	72,37	94,98%
Instalações	0,66	0,86%
Mobiliários	0,92	1,21%
Outros	0,04	0,05%
TOTAL	76,20	100%

Previsão de investimentos para 2012:

INVESTIMENTOS	Em R\$ Milhões	Porcentagem (%)
Sistemas Aplicativos	42,07	10,53
Equipamentos de Computação	2,45	0,61
Equipamentos PNBL	98,61	24,67
Instalações	0,84	0,21
Mobiliários	1,00	0,25
Satélite de Comunicação	55,70	13,94
Cabo Oceânico	119,00	29,77
Grandes Eventos	80,00	20,02
TOTAL	399,67	100%

ii) fontes de financiamento dos investimentos:

A Empresa utiliza como fonte de financiamento dos investimentos recursos dos disponibilizados pelo Tesouro Nacional e com recursos próprios, conforme segue:

FONTES DOS RECURSOS	Em R\$ Milhões 2011	Em R\$ Milhões 2012
Recursos Próprios	3,82	46,36
Aumento Patrimônio Tesouro (Direto)	72,37	353,31
TOTAL	76,19	399,67

iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:

Não há previsão de desinvestimento para o período.

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia:

INVESTIMENTOS	Em R\$ Milhões
Equipamentos PNBL	72,37
TOTAL	72,37

Nossos investimentos em 2011 incluíram o seguinte:

INVESTIMENTOS	Em R\$ Milhões
Infraestrutura	12,64
Equipamentos	25,78
Enlaces	2,26
Site Acquisition	0,83
Fiscalização	2,16
Comunicação de Dados em Protocolo IP/MPLS	28,09
Outros	0,61
TOTAL	72,37

c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Incrementos:

Infraestrutura de tecnologia da informação para atender a Grandes Eventos e a Copa do Mundo, conforme previsto no Plano Plurianual, Ação 147A, com previsão total de desembolso de R\$ 200,00 milhões;

Lançamento de cabo oceânico ligando o Brasil à Europa, conforme previsto no Plano Plurianual, Ação 146Y, com previsão total de desembolso de R\$ 440,50 milhões;

Lançamento de cabo oceânico ligando o Brasil aos Estados Unidos, conforme previsto no Plano Plurianual, Ação 147C, com previsão total de desembolso de R\$ 440,50 milhões;

Lançamento de satélite de comunicação, conforme previsto no Plano Plurianual, Ação 146Z, com previsão total de desembolso de R\$ 716,00 milhões;

Implantação de infraestrutura da Rede Nacional de Banda Larga - PNBL, conforme previsto no Plano Plurianual, Ação 120F, com previsão total de desembolso de R\$ 6.773,78 milhões.

Desenvolvimento de laboratório de referência para certificação e testes de equipamentos e da rede da Empresa, com previsão total de desembolso de R\$ 1,00 milhão.

10.11 – OUTROS FATORES COM INFLUÊNCIA RELEVANTE

10.11. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARAM DE MANEIRA RELEVANTE O DESEMPENHO OPERACIONAL E QUE NÃO TENHAM SIDO IDENTIFICADOS OU COMENTADOS NOS DEMAIS ITENS DESTA SEÇÃO:

Não se aplica